

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 186.ª Sessão Ordinária
Realizada em 14 de Outubro de 1971 — 5.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisósomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igó Losso, João, Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva e Ovídio Franzoni (41); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior, Arthur de Souza, Borsari Neto, Francisco Escorsin, João Mansur, Paulo Camargo (6).

Verificada a existência de número-legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a protecção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para discutir). Sr. Presidente. Pediria que fosse retificada a Ata na parte em que fazendo referência ao discurso que ontem pronunciei nesta Casa, diz que fiz críticas à pessoa do Sr. Governador do Estado, quando o discurso foi dirigido ao Sr. Governador do Estado, através da Secretaria de Educação, conforme consta das notas taquigráficas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado Muggiati Filho, que será retificado.

Continua em discussão a Ata — Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

MENSAGEM 32.71

Curitiba, 27 de setembro de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa modificar a composição do Conselho Superior do Ministério Público e adotar outras providências.

2. Muitas das atividades básicas da instituição do Ministério Público estão na dependência direta das decisões do Conselho. Basta referir a realização de concursos para preenchimento dos cargos vagos de Promotor substituto e as movimentações da carreira, mediante promoções e remoções. A Emenda n.º 3 à Constituição do Paraná, todavia, alterou a composição do Conselho Superior do Ministério Público. Anteriormente, este órgão era integrado pelo Procurador Geral da Justiça e por todos os Procuradores da Justiça. Com a legislação vigente, entretanto, estabeleceu-se que o Conselho será apenas composto pelo Procurador Geral, pelo Corregedor do Ministério Público e por três Procuradores da Justiça eleitos pelos demais. Assim impossibilitado de funcionar no regime de sua composição anterior impõe-se a regulamentação da eleição dos novos conselheiros para que o Conselho possa atuar na conformidade da posição preconizada pela lei atual. Caso contrário, várias atividades fundamentais permanecerão paralisadas, vinculadas que estão a um solucionamento que só aquele órgão incumbe.

3. Sob outro aspecto o Estatuto do Ministério Público, porque anterior à criação do Tribunal de Alcada, não regulamenta as atribuições dos Procuradores junto a esse colegiado. Embora isso não constitua empecilho à designação de Procuradores para oficiarem junto ao Tribunal de Alcada, é conveniente que se formalize o exercício dessas atribuições, mantido o critério de designações pelo Procurador Geral.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário anuio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Haroldo Leon Peres — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Conselho Superior do Ministério Público será integrado pelo Procurador Geral da Justiça como seu Presidente pelo Corregedor do Ministério Público e por três Procuradores da Justiça, anualmente eleitos pelos demais vedada a recondução.

§ 1.º — A eleição será realizada pelo critério da maioria absoluta dos votos, em reuniões dos Procuradores da Justiça, convocada e presidida pelo Procurador Geral.

§ 2.º — Se nos três primeiros escrutínios não for possível alcançar maioria absoluta, será adotado o critério da maioria simples.

§ 3.º — Em caso de empate na votação, o Procurador Geral da Justiça preferirá voto de qualidade.

Art. 2.º — Aos Procuradores da Justiça incumbe officiar perante as câmaras do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alcada, de acordo com designação do Procurador Geral, assistindo facultativamente as sessões.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

TELEGRAMA:

Do Senhor Orlando Geisel, Ministro do Exército, nos seguintes termos:

Venho trazer membros essa Assembléia nossos agradecimentos expressiva mensagem congratulações êxito alcançado Olimpíada Exército pt sds. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e nos

termos regimentais, requer a inserção, na Ata dos presentes trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Stegmann, ocorrido na cidade de São Paulo.

O extinto era pessoa altamente relacionada na sociedade paulista e nacionalmente conhecido como categorizado árbitro da Federação Cinológica do Brasil, tendo o seu desaparecimento repercutido intensamente.

Requer, outrossim, que se dê conhecimento da decisão da Casa, ao Kenel Club do Paraná e à família enlutada, na cidade de São Paulo, à Ave. Nida Invernada, 249, enviando-se-lhe, na pessoa da Senhora Ana Stegmann, sua esposa, mensagem telegráfica expressando os sentimentos desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1971.

(a) Antônio Costa

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de pesar pelo falecimento ontem em Paranaguá, do Doutor Genaro Regis Pereira da Costa.

O extinto, membro de tradicional família parnanguara, ex-vereador e advogado militante, exerceu também o cargo de Tesoureiro da Alfândega, tendo sido muito estimado por todos aqueles que tiveram o prazer da sua convivência.

Com a sua perda, passa Paranaguá a ressentir-se da ausência de um de seus mais brilhantes homens públicos, cujo valor humano, cultural e social jamais será contestado.

O subscritor do presente, outrossim, requer que após sua aprovação, seja dada ciência deste expediente à viúva, Dona Aziza Pereira da Costa, residente em Paranaguá, à Rua Prisciliano Corrêa, 150.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1971.

(a) Nelson Buffara

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 237.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Atalaia, uma Escola Normal de grau secundário, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, regidas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 12 de outubro de 1971.

(a) Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

A população estudantil de Atalaia que deseja alisar a Escola Normal de grau secundário está na dependência de uma extensão da Escola Normal de Nova Friburgo, que funciona em caráter precário.

Além do mais, há em Atalaia mais de quarenta alunos em condições de cursar aquela escola, o que nos parece ser de bom alvitre criá-la na referida cidade, contribuindo-se, assim, com a economia doméstica dos seus moradores.

Assim, pois, apresentamos a presente iniciativa à consideração de nos seus ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio.

PROJETO DE LEI N.º 233.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Profissional dos Lustradores de Calçados, com sede e fóro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

(a) Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

A Associação Profissional dos Lustradores de Calçados, com sede e fóro nesta cidade, congrega a classe de trabalhadores humildes, os quais comumente são chamados de engraxates.

Referida Entidade acha-se devidamente registrada no Ministério do Trabalho e da Previdência Social, Delegacia Regional deste Estado, conforme se infere da fotocópia anexa.

Tratando-se de Associação que está a merecer a declaração de utilidade pública, apresentamos a presente Proposição à consideração e nossos ilustres Pares, esperando-se lhe dê o indispensável apoio e no final sua aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 239.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria o trecho de 12 quilômetros da rodovia que passa pelas seguintes localidades: lugar denominado "Encruzo da Grábia, passando por Pôrto Bonito em Estrada do Iguacu, atravessando as águas do mesmo rio e interligando a localidade de Três Barras até a cidade de Catanduvas.

Art. 2.º — O Poder Executivo fica autorizado a consignar na Lei de Meios, para o próximo exercício, verba destinada para este fim.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1971.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

JUSTIFICATIVA:

A estrada objeto do presente está localizada do Município do Salto do Lontra, ligando este Município de Catanduvas. É um trecho que faz bifurcação da estrada Francisco Beltrão - Cascavel, atendida pelo DER. Por outro lado, o citado Pôrto Bonito é um dos maiores da região e que vem atendendo às necessidades da colônia daquela zona, pois que da evasão aos transportes via balsa, de um para os demais Municípios. O objetivo do presente é atender as solicitações formuladas por moradores daqueles Municípios, inclusive Vereadores que, vendo a falta de meios municipais para tanto, esperam que o DER, com maiores recursos passa atender a esta sua aspiração.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli. — (Pausa).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Grave crime vem sendo praticado pelos pescadores profissionais, às margens dos rios Paraná, Piriqui, Paranapanema, Ivaí, Tibagi e outros.

Usando o sistema de "pesca de arrastão", os especialistas na pesca profissional estão acabando com os peixes de nossos rios. Matam todo o espécime possível, mas aproveitam apenas os de grande peso. Os pequenos são deixados nas margens dos rios, causando um mau cheiro insuportável além dos urubús que tomam conta do local.

As firmas especializadas na pesca comercializam apenas os peixes de peso considerável, inequívoco acerto no mercado consumidor.

O criminoso sistema está dizimando nossas reservas.

O Governo de Mato Grosso, atento para o problema, está exercendo rigoroso controle na saída desse produto daquele território, limitando, inclusive, a quantidade máxima para cada pescador.

Queremos, no dia de hoje, sugerir ao Serviço de Caça e Pesca e à SUDEPE providências rigorosas para melhor controle nas atividades pesqueiras, evitando que o uso do "arrastão", explosivos e rede feiticeira, exterminem com a fauna marinha, pois matam peixe de pequeno porte que não tem mercado de consumo, e, sobretudo, impede a procriação e desova.

O uso indiscriminado da rede de arrastão e de explosivos, provoca, além da mortandade, a extinção da flora marinha, o que vem promover, consequentemente, novas mortes dos peixes por falta de alimentos.

Por outro lado, Sr. Presidente, uma melhor legislação sobre poluição aquática, em muito auxiliaria a conservação da fauna de nossos rios. Os efluentes oriundos das indústrias, despejados em nossos rios, talvez provoquem uma devastação maior que a praticada pelos pescadores profissionais. Os fatos estão aí para comprovar. Não se consegue mais pescar nos rios mais conhecidos, simplesmente porque não existe mais peixe, e os que se consegue encontrar estão contaminados".

Daí nossa crítica à falta de maior vigilância por parte do Serviço de Caça e Pesca que tem agido no Paraná às vezes até com violência para tomar a carteira dos pescadores humildes. Porém, não é o pescador amador que é o grande perigo para a dizimação de nossas reservas. São exatamente as grandes firmas que comercializam o pescado e que têm empregado método dos violentos dizimando nossa fauna marinha.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queríamos, desta Tribuna, agradecer, o eminente Deputado do MDB, Alvaro Dias, que nos concedeu a sua vez, pois que S. Exa. estava inscrito para falar antes de nós. E como temos que nos retirar, queremos deixar registrado aqui este nosso agradecimento.

Sr. Presidente, há dias passados, quando se aguardava a visita do Presidente do Diretório Nacional da ARENA, Sr. Batista Ramos, ao Paraná, ocupamos a Tribuna para defender uma tese como já no passado assim o fizemos. No entanto, como estava próximo o dia em que S. Exa. o Sr. Presidente Nacional da ARENA viria visitar o Paraná, não voltamos ao assunto antes dessa honrosa visita para que S. Exa. encontrasse aquele ambiente de paz e concórdia que sempre reinou dentro da família arenista do Paraná.

Hoje, porém, aqui estamos novamente para reafirmar aquela nossa posição, aquele nosso pensamento.

Assim é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que já ouvimos um número

grande de colegas dentro desta Casa e temos a impressão de que, difficilmente, haverá, dentro da Bancada arenista, uma só voz que não de apoio a esta nossa tese.

fizemos outros contatos também com os Excelentíssimos Vereadores de Curitiba, levando também a eles o nosso pensamento.

O SR. ERONDY SILVERIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Lamentavelmente interrompemos o raciocínio de V. Exa. logo no início de seu discurso. Mas nos apoiamos a tese de V. Exa., de que a Presidência do Diretorio Regional da ARENA deva ser entregue a um Deputado estadual. E V. Exa. entrou num terreno que é conhecido sobejamente por nós e pelo nobre Deputado Acyr Jose, pedindo escusas por não mencionarmos o nome do nobre Deputado Mauricio Fruet, pois que S. Exa. pertence ao MDB, e o problema é da ARENA; e V. Exa. Deputado Paulo Poli, teve uma conversa os os Srs. Vereadores de Curitiba, na Câmara Municipal desta Cidade. Conversa da qual tivemos conhecimento, inclusive de todos os assuntos tratados naquele encontro. Então, nobre Deputado, aproveitamos esta oportunidade antes que V. Exa. — desculpe-nos, — nobre Deputado, mas V. Exa. tem a "faisca muito adiantada" e temos que nos precaver no terreno politico.

Antes que V. Exa. lance a idéia, achamos que a tese apresentada por V. Exa. e apoiada por nós, é válida também para o Diretorio Municipal da ARENA, pois que já que V. Exa. propugna para a Presidência do Diretorio Regional um Deputado estadual, membro desta Casa, nada mais justo que se entregasse a um Vereador de Curitiba, com assento na Câmara Municipal de nossa cidade, a Presidência do Diretorio Municipal. A tese é semelhante e não vemos outro critério, pois que o Partido deve auscultar o povo. Deve vir de baixo para cima, do povo para a cupula, ao contrário do que, infelizmente, se faz, em que as decisões são tomadas no setor nacional, são tomadas numa esfera ainda maior e no setor regional, nós sabemos que a politica é citada não pela Direção da Aliança Renovadora Nacional, mas por conveniências da Revolução. Estamos contrarios a que o povo não participe das grandes decisões do Partido da Revolução. Achamos que as decisões devem vir de baixo para cima, para se pensar na redemocratização do País. É necessário que o povo participe das grandes decisões do Partido da Revolução. Portanto, nada mais justo do que se entregar a direção da área municipal, a um Vereador, que foi eleito pelo povo, num pleito livre e democrático. Agradecemos a atenção e a oportunidade que V. Exa. nos concedeu para que lançasse também, a exemplo do que V. Exa. fez há dias passados desta Tribuna, a idéia de que a Presidência da ARENA deve ser entregue a um Deputado e a Presidência do Diretorio Municipal a um Vereador.

O SR. PAULO POLI — Muito bem, nobre deputado Erondy Silverio. Há poucos dias, dizíamos desta Tribuna que, quando aqui estamos e somos apartados por V. Exa., a impressão que temos é que somos de cristal, cujas faces resplandem, transparecem, como se fôsse uma tela cinematográfica, porque V. Exa., ou seja dessa forma, ou como dissemos há poucos dias, é evidente, sei lá!

V. Exa. nos disse há pouco que temos a "faisca adiantada" e não sabemos o que dizer do eminente Deputado que pensa muito rapidamente. Assim é que, quando fazíamos contatos com os Vereadores, alguns deles, quem sabe a maioria, disseram-nos que estavam de acôrdo, mesmo porque já haviam ouvido de V. Exa. o desejo de lançar esse pensamento e, nessa qualidade, propusemos aos Vereadores de Curitiba que formássemos uma Bancada só, Deputados estaduais e Vereadores, defendendo uma tese só.

E vamos mais além, nobre Deputado, para ilustrar melhor o nosso ponto de vista, existem ilustres e eminentes representantes do Paraná na Bancada federal, como também no Senado com a pretensão justa e válida até

certo ponto, de presidir o Partido da Revolução no Paraná e com os argumentos os mais válidos. Mas afirmamos aqui que os argumentos, às vezes são falíveis e falhos, mas o argumento que usaremos aqui, tem mais validade, mesmo porque, nobre Deputado Erondy Silverio, o Deputado federal, como o Senador, o seu próprio diploma, a sua carta, dá assim como que uma procuração para defender o Paraná junto aos órgãos federais. Quer dizer, que o Deputado federal, que o Senador, é representante do Paraná na esfera federal, e achamos que dentro desta linha de raciocínio, o Deputado federal deve procurar se colocar no Diretorio Nacional, se não conseguir a Presidência que seria uma grande conquista para o Paraná, que consiga então a 3.a, 4.a Vice Presidência para o Paraná, que não deixa de ser uma grande vitória. E preferível que nós aqui tenhamos um Deputado federal na 4.a Vice-Presidência, na Segunda Secretaria ou quem sabe na Presidência, mas não deixa de ser uma conquista. E o Deputado federal, estaria se consonando de maneira legítima, segundo determinação do seu próprio mandato, conquistando área para o nosso Estado. Porquanto, não temos nada especificamente contra os Parlamentares da esfera federal que reivindicam esta posição. Só entendemos que esta posição poderá ser reivindicada para o Paraná na esfera nacional. Ai sim, o Paraná estaria ganhando porque, so desta forma, com a Bancada federal paranaense e o Senado estando presente também nas lides políticas do Paraná, o Paraná se fará valer, se fará um por, para que futuramente tenhamos pelo menos um posto em um Ministério. Porque este, é o segundo Estado da Federação, e não tem sequer um Ministério, isto, mostra falta de capacidade, falta de astúcia, pode ser o termo dos nossos parlamentares na área federal que não se impõem naquela faixa. Porquanto, isto não é legítimo, não se fala em um nome do Paraná, porisso, eu defendo intransigentemente esta tese.

Queremos dizer, que devemos viajar estes dias, para o interior, a fim de fazer contato com os nossos correligionários e companheiros nesta fase de filiação partidária, cujo prazo termina dia 16 do próximo mês.

E naturalmente, neste contato que pretendemos fazer, queremos conversar com os futuros delegados dos futuros Diretórios, para que venham a Curitiba, abraçar esta tese que é nossa e é legítima.

Assim é que, queremos deixar registrado, pois temos apenas alguns minutos nesta Tribuna, os nossos agradecimentos a todos aqueles vereadores de Curitiba que nos deram solenemente o seu apoio, a todos aqueles colegas que, embora não tivessem feito através de apartes, uma grande maioria já nos disse estar solidária com este nosso ponto de vista, alguns dêles em grande maioria, representantes desta Casa, a fim de prepararmos os nossos delegados para que, na nossa futura convenção, o Paraná indique a nossa Bancada federal já que não encontra trânsito nesta disputa, dentro da área do Diretorio Regional do Paraná para que, desta forma, a nossa Bancada receba o apoio, para que o Diretorio Nacional venha a reivindicar uma posição mais legítima para o Estado do Paraná.

Porque, nobre Deputado Erondy Silverio, achamos que dentro desta linha de raciocínio, achamos que dentro deste pensamento, também o Diretorio Nacional da ARENA, deve ter, porque não o teve, um Deputado federal, e quem sabe se nos unirmos, um Deputado federal, paranaense, na Tribuna da Câmara. Lutando, conseguiremos esta posição que será para o Paraná uma grande missão.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dia 15 de outubro comemora-se o Dia do Professor, data mais oportuna para meditarmos e conscientizarmos-nos de nossas responsabilidades, diante de

uma classe que merece todo o apoio do Poder Público, numa Pátria exigente cuja problemática atinge fóros de complexidade, não pode existir profissão mais nobre, mais completa, mais importante, do que a profissão do mestre, o mestre é o maior artífice das Pátrias, de suas mãos habéis ou mábeis ha de sair a grandeza ou a impotência das nacionalidades. Enquanto outros artífices manejam objetos, manipulam coisas, o professor constroe Nações. Por esta razão, Sr. Presidente, Sr. Deputados, nenhum servidor nacional deve merecer ou deve sofrer observações mais atentas por parte do Poder Público, maior cuidado pelas suas aptidões e possibilidades, seleção mais cuidadosa, nenhum tão pouco deve merecer atenção mais vigilante, amparo mais eficiente, tratamento mais respeitoso, carinho mais entusiasta. Lamentavelmente o Poder Público parece não ter ainda se apercebido dessa grande necessidade. Parece mesmo não ter ainda se apercebido dessa grande necessidade. Parece mesmo não ter ainda entendido que enquanto os obreiros produzem utilidades indispensáveis a vida, os mestres se constituem nos formadores orientadores e guias. Age o poder público como se a sorte de um povo não estivesse nas mãos dos professores. Se os mestres de um povo são conscientes de sua missão no mundo, se os mestres são despreendidos, moralizados, respeitados e justamente amparados, o povo será patriota, moralizado, respeitador e consciente de sua missão neste mundo. Na verdade o reconhecimento da importância da educação para a segurança nacional e para o progresso económico através do desenvolvimento dos recursos humanos, de uma Nação, aonde parece não encontrar paralelo no reconhecimento público entre nós brasileiros de que o êxito de um sistema educacional depende, em última análise, não somente de estudiosos de gabinete mas, sobretudo, dos professores que o ponham em prática com dedicação, com des-corrúpio e zelo. A atenção ao mundo deve dirigir-se em primeira instância aos educadores porque o que os professores semeiam hoje será fruto amanhã. Enquanto não for possível entre nós, e neste instante eu chamaria a atenção dos Srs. Deputados, enquanto não for possível entre nós deixar de fazer uma nomeação de uma diretora de escola baseada em fins diferentes ao interesse político, em fins diferentes a interesses imediatos da instrução, ou melhor dizendo, enquanto prevalecerem simpatias pessoais, injunções políticas, perseguições e vinganças na formação deste sacerdócio que é o Magistério, de forma alguma nós conseguiremos retirar da educação os frutos a que ela se propõe, de forma alguma nós conseguiremos alcançar com a educação, os objetivos altos que ela empreende e, talvez disso tudo, tenha advindo as causas principais das grandes classes no correr dos tempos, atravessado por todos nós neste Estado e neste País.

Por toda a parte em todas as profissões, seria até mesmo passável, uma nomeação ou um acesso feito por mero favor; e o professorado, no entanto, este critério conduziria à maior das calamidades, pois e do mestre, de conduzir em primeira é em última instância, a eficiência do Ensino. E nós apresentamos; deveríamos nos envergonhar de ter, este poder, através de algum dos seus integrantes, o autor de infeliz, lamentável e irresponsável decisão, retirando do Estatuto do Magistério, o Artigo 14 que estabelecia normas para a escolha de Diretores de Estabelecimento de Ensino. E aproveitamos esta oportunidade, para apelar, mais uma vez a S. Exa. o Presidente da Mesa Executiva desta Casa, que cumpra o Regimento Interno. Há um mês, pouco menos ou pouco mais, apresentamos nesta Casa, Requerimento solicitando preferência e urgência para Projeto de nossa autoria que visa corrigir uma falha cometida por este Poder, que visa anular o ato que revogou o Artigo 14 do Estatuto do Magistério, ato este que está a dar margem a eros lamentáveis dentro do Ensino paranaense. Um dos quais, denunciados ontem desta Tribuna, pelo companheiro de Bancada, Muggiati Filho. Os professores continuam a aspirar pelo dia em que os seus direitos sejam respeitados e que a êle dispensado o carinho, o amparo e a posição

que realmente merecem, em virtude da função de extraordinária importância, para o futuro de um Estado e de uma Nação. O idealismo de nossos mestres não impede, no entanto, de reclamar contra as injustiças e a falta de proteção. Há poucos dias fizeram, os professores de nosso Estado, um pacto de união através dos seus órgãos de representação às associações de diversos pontos deste Estado, reunindo-se na cidade de Maringá, elaborando um manifesto que consideramos um grito de clamor a ecoar, mais uma vez, na tentativa desesperada de sensibilizar os responsáveis pelo Povo Público diante das injustiças e das falhas cometidas. Nós não podemos, de forma alguma, admitir que Deputados venham a esta Casa, a dizer que o sistema de escolha adotado anteriormente, isto é, uma grande falha, apenas, uma grande injustiça; que o sistema de escolha de diretores de estabelecimento de Ensino, sistema adotado anteriormente, consubstanciado em lei, no Estatuto do Magistério e foi revogado, que aquele sistema não era o ideal. Era, isto sim, responsável, por danos à educação. Só podemos ver em afirmativas desta natureza, a tentativa de defesa para atos praticados há meses, no decorrer de dias e que talvez estejam ainda para ser praticados. De forma alguma podemos admitir, nem mesmo a política na organização interna, de um estabelecimento de Ensino, como poderemos admitir então a política como aquela descrita com muita propriedade no dia de ontem pelo deputado Muggiati Filho.

Valorizemos devidamente esta sublime missão do professor. Preparar a nossa juventude a perceber a sublimidade e o radioso esplendor da vida; lançar a semente na sementeira e esperar pela dourada messe que há de colher dos jovens.

Valorizemos a profissão e não cometamos tantas injustiças.

A data é oportuna para abordarmos falhas cometidas atualmente em nosso Estado em relação à educação e citaríamos a Universidade de Londrina, neste instante, que está a sofrer conseqüências talvez — não tenho condições de afirmar com segurança — por motivos políticos. Resolução governamental determinou que mais de quarenta professores adidos à Universidade de Londrina retornassem aos locais de origem. Professores indispensáveis ao funcionamento da Universidade, que trabalhavam em tempo integral prestando serviços àquela Escola de formação tiveram que voltar aos locais de origem e lecionar em cursos médios e secundários. Professores já em descompasso com o sistema empregado no Ensino Médio, já em descompasso com programas de ensino ginasial, tivemos que voltar a lecionar na primeira série de um Ginásio. Medida, em nosso entender, altamente negativa e que acarreta danos pedagógicos, didáticos e sociais. Medida anti-pedagógica, anti-didática e anti-social porque foi tomada no meio de um ano letivo.

Poderíamos até mesmo admitir a tomada de uma resolução desta natureza, antes do início do ano letivo, porque haveria possibilidade para uma reorganização completa e total e os danos não seriam maiores, porque os alunos sofreram e os professores também sofreram. Aquêles da Universidade tiveram que alterar suas programações, pois estudavam teses e tiveram que abandoná-las para lecionar no Ensino Secundário. Prejuízos para os professores contratados que estavam no exercício de sua profissão, lecionando nestes Colégios e tiveram que deixar seu ganha-pão para ceder lugar aos professores que vieram da Universidade.

Os alunos sofreram também porque no meio de um ano letivo houve mudança de método de professores. Por isso, afirmo medida anti-pedagógica, anti-didática e até, anti-social, porque não sabemos quais as conseqüências financeiras sofridas pelos professores que lecionavam e, num relance, tiveram que deixar suas aulas, seu ganha-pão.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não é pelas referências bondosas de V. Exa. que desejo me solidarizar com o brilhante discurso que está proferindo nesta Casa, mas sim pelo conteúdo

da matéria, com muita propriedade abordada por V. Exa.. Tomaria a liberdade de acrescentar aqui que V. Exa. classifica de anti-didático, anti-pedagógico e anti-social, o quantitativo de anti-democrático porque vem terir o princípio consagrado na própria Constituição da República, de igualdade de direitos entre todos. E esse direito tem sido frequentemente desrespeitado, dando lugar a que interesses, muitas vezes, da própria escola, fossem preteridos por interesses ponticos, como bem assentou V. Exa., na marcha da pedagogia em detrimento das pessoas verdadeiramente indicadas para ocuparem os cargos, os postos de administração escolar.

Apenas acrescentaria ainda a V. Exa. que o maior incentivo que V. Exa. pode ter nesta caminhada em favor desta classe, que é das mais importantes para a vida político-social do País, é de que V. Exa. esta lutando pelo amadurecimento, ou pelo menos para conservação dos ideais democráticos no seio do povo.

O SR. ALVARO DIAS — Agradecemos o aparte de V. Exa. que veio trazer maior brilho ao nosso modesto pronunciamento. E aqueles que porventura não entendem nosso entusiasmo ao abordar assunto desta natureza, gostaríamos de dizer que assuntos desta espécie somente poderão encontrar ressonância e validez quando abordados com valor, com entusiasmo e com amor.

O SR. ALVARO DIAS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). E com satisfação que vejo um ilustre Deputado, integrante da nossa Bancada, reverenciar o mestre no dia que lhe é dedicado. E, especialmente, da forma como V. Exa. faz, com a propriedade com que V. Exa. defende, sendo integrante da classe do Magistério do Paraná.

E pena, ilustre Deputado, que, neste dia, nós tenhamos que abordar aspectos desta ordem e tão bem abordados por V. Exa., da Tribuna, como um brado de alerta de quem tem independência, mas também um brado de rebeldia em nome dos humildes e indefesos professores que, hoje, se vêm expostos a salma de interesses políticos que, subordinando escolas, criam um clima de subserviência, um clima de terror mesmo, em alguns lugares, quando chefes ponticos, detentores de comandos políticos, chegam como barões, assustando e estorrecendo professores, ensejando um retrocesso político para o Estado, como foi implantado há pouco tempo.

Lamentável que, no dia de hoje, Dia do Professor, daquele a quem estão entregues nossos coestaduanos, a quem entregamos nossos filhos para serem educados, para serem orientados intelectual, civica e moralmente. Que espécie de educação poderá transmitir um professor que vive sob um clima de subserviência, que é obrigado a fazer louvaminhas a quem, no fundo, até detesta às vezes. Isso, ilustre Deputado Alvaro Dias, precisa ser revelado outras e tantas vezes, em oportunidade não só como a de hoje, mas como tem feito V. Exa., sempre que as oportunidades se apresentarem. Hoje, especialmente, nessa análise feita por V. Exa., é necessário que levemos ao professorado do Paraná a nossa solidariedade, a nossa manifestação de homens que estão ao seu lado, que comungam com seu sofrimento e angústia e que também sofrem angustiados por serem tão pouco capazes de alterar o quadro que é implantado à força, por uma maioria terrível aqui no Poder Legislativo. Assim, me congratulo com V. Exa. e peço que encaminhe seu pronunciamento em nome de nossa Bancada, se V. Exa. assim desejar, para que o professorado do Paraná saiba o que pensa a facção política que nós integramos com grande honra, na questão do Ensino e, especialmente, a respeito do professorado. Muito obrigado pelo aparte que me concedeu.

O SR. ALVARO DIAS — Aparte que acolhemos com muita satisfação, pelos subsídios que traz a nosso pronunciamento, que a pedido de V. Exa., com grande honra para nós, se torna pronunciamento da Bancada emedebista.

V. Exa. falou em independência, talvez um dos grandes males do sistema político em vidência neste País, seja aquele responsável pela falta de

independência dos representantes do povo. Fôssemos todos independentes, e autênticos, talvez não teríamos nesta oportunidade que apontar falhas e injustiças, quando poderíamos apenas prestar homenagens e louvações àqueles que realmente merecem homenagens e louvações.

Mas o professorado do nosso Estado já está cansado de ouvir homenagens e louvações, apenas teóricamente, sem receberem, na prática, o conhecimento necessário à grande causa que defendem, a causa do Ensino e da Educação.

Falávamos também na Universidade de Londrina. Citamos um problema, mais outros se avolumam. Universidade que luta corajosamente contra as deficiências de ordem financeira, porque o Estado reduziu o seu Orçamento à metade. Afirmáramos — não posso dizer com certeza — estar atrás disso tudo motivo político. Mas tudo faz crer que esteja por detrás de tudo isso a politicagem. O professorado reunido em Maringá, não reclamava apenas o dilaceramento do Estatuto do Magistério, não reclamava apenas contra os crimes cometidos em razão do Estatuto, mas reclamavam também — e hoje também reclamam — insistentemente, o atraso no pagamento do modesto salário do professorado paranaense em municípios vários. Os professores estão com seus salários atrasados. As zeladoras que também compõem a estrutura de Educação em nosso Estado, porque são serventes do estabelecimento de Ensino, continuam a reclamar pela falta de pagamento dos seus mínguados vencimentos, insuficientes para atender às primeiras necessidades.

Ainda há dias, no Município de Londrina, uma zeladora quase a chorar, dizia-nos que estava cansada de negar ao seu filho, coisas mais insignificantes que pedia, porque não tinha condições sequer de lhe dar alimentação, o quanto mais, para atender estes pedidos.

E o interessante, Srs. Deputados, é que estas zeladoras pensam que é uma omissão dos Srs. Deputados, seus representantes. Que esta omissão, é responsável pelo atraso dos seus vencimentos. Porisso, parece ou não parece irreverência? De nossa parte, continuaremos insistentemente a cobrar do Governo do Estado aquilo que deve às professoras e zeladoras. Um professor citou-nos há dias em Londrina, como argumento: "o Governo lança uma campanha brilhante, o Paraná será um gigante, pague pra ver". Porque o Governo não paga para dar exemplo aos contribuintes, que devem pagar em dia os seus impostos. Porque o Estado não paga também os vencimentos dos seus funcionários em dia. Seria este o maior exemplo, seria esta, a maior campanha. Fica mais uma vez este apêlo ecoado insistentemente, e que não fique apenas entre quatro paredes, que alcance o Palácio Iguaçu e que reúna condições de sensibilizar o sr. Governador do Estado. Não temos má vontade; muito pelo contrário, temos boa vontade em relação ao Governo. Procuramos nos silenciar como que num voto de confiança, numa expectativa de melhores dias, numa esperança de que as reivindicações e as aspirações fôssem atendidas. Mas não podemos de forma alguma e seríamos traidores da confiança popular, se ficássemos calados eternamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, as outras falhas, as outras injustiças, ficarão para outra oportunidade. Encerramos neste instante o nosso pronunciamento, com a convicção de que a Educação é a única capaz de livrar o povo da ignorância, e da escravidão; que a educação é a única capaz de alisar com segurança, o desenvolvimento de um País, sem a qual o desenvolvimento será efêmero, não será duradouro, a história nos ensina como exemplo. A nossa confiança de que dias melhores hão de surgir para o Magistério Paranaense. E com a nossa confiança neste instante, o nosso respeito, o nosso reconhecimento, a nossa admiração ao meste artifice da paz. — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No ano passado, tivemos a implantação, no Brasil, do Sistema de Televisão Educativa, principalmente, com Curso de Madureza e não foi assim definitivamente aceito, principalmente em nosso Estado, porque o horário em que os Canais de Televisão colocaram à disposição da Televisão Educativa para as aulas do Curso de Madureza, era realmente impróprio, principalmente àqueles a quem deveria ser alcançado, que seriam, principalmente, os trabalhadores ou a classe menos favorecida, que não teve condições de completar o seu curso no primeiro ciclo ginásial e levando este fator em consideração as classes educacionais do Estado do Paraná, todas as Federações de trabalhadores em janeiro deste ano elaboraram um memorial que foi entregue ao Sr. Presidente da República, quando de sua visita este ano aqui em Curitiba e este memorial foi então encaminhado ao Ministério de Educação, para que se estudasse uma fórmula de que a Televisão Educativa, com seus Cursos de Madureza pudessem realmente se inscrever e participarem deste curso. Várias gestões foram feitas neste sentido e há um mês mais ou menos, nós estamos tendo reuniões periódicas aqui em Curitiba, para tratar deste assunto e, a uns quinze dias atrás chegou a Curitiba o Sr. Jacy Campos, Secretário do Sr. Dr. Gerson Amado, Presidente do Sistema de Televisão Educativa Nacional para que entabulasse no Estado do Paraná uma Comissão para que fosse modificado o horário porque o que a classe trabalhadora havia pedido ao Sr. Presidente da República não seria bem um pedido mas sim uma denúncia de que o horário, pelas Televisões, não dava a mínima condição para que se tivesse assim, para que o Curso de Madureza pudesse alcançar realmente o objetivo que realmente desejava o Governo Federal, através do Ministério da Educação. Com satisfação para nós, o Governo Federal resolveu, através do Ministério da Educação, entabular conversações com os Canais de Televisão do Paraná, para que fosse modificado o horário e fosse estabelecido, digo, chegada a uma conclusão de que às 18 horas, na entrada do horário nobre, todos os Canais de Televisão do Paraná, durante meia hora, de 18 às 18.30, de segunda à sexta-feira, faria com que os trabalhadores tivessem assim um pouquinho mais de tempo para que eles mesmos pudessem estudar.

Foi então que há 15 dias atrás, quando tivemos a reunião em que praticamente houve uma resposta dos Canais de Televisão do Paraná atenderam à classe dos trabalhadores do Paraná e somente para as 18 horas, não seria o ideal mas um grande passo, foi então que, por sugestão das entidades de trabalhadores para que a Comissão Estadual de Trabalhadores na Televisão Educativa tivesse, entrasse em contato com toda a classe do Paraná, principalmente a empresarial, para que estudasse uma fórmula para que os trabalhadores pudessem ter o seu Tele-pôsto para que pudessem fazer o Curso de Madureza. E, quarta-feira da semana passada, tivemos a primeira reunião com as classes empresariais, com todas as entidades representativas do Estado do Paraná, desde a Arquidiocese, até o Comando da Quinta Região, o Conselho Estadual dos Pastores, enfim tudo que existe de entidades no Paraná, com sede em Curitiba, na Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Firmamos quase que um documento, naquela oportunidade, para que realmente fique um apêlo aos Canais de Televisão, para que desçam, todos eles o horário das 18 horas. Hoje voltamos novamente a nos reunir com as mesmas entidades sindicais de Curitiba, juntamente com o representante da Secretaria de Educação e Cultura, e o Presidente da Comissão Estadual de Telecomunicações, que é o Sr. Werner Reichmann. E foi nos dando a grande notícia de que todos os Canais de Televisão: 3, 4, 6, 11 e 12, funcionariam em todo o Estado do Paraná; e às 18 horas, os cinco Canais de Televisão transmitiriam, numa colaboração também muito significativa por parte da Telepar, que diariamente, de segunda a sexta-feira transmitirá para

o Paraná todo, gratuitamente, numa colaboração sentível à classe trabalhadora do nosso Estado.

Portanto, dia 18, segunda-feira que vem, quando a TV Educativa estará completando o seu primeiro aniversário, Curitiba estará tendo a primeira aula neste novo sistema. E para satisfação nossa, o Paraná foi escolhido como o Estado para comemorar o primeiro aniversário, pois o exemplo de nosso Estado, o Ministério de Educação fez — com que sensibiliza aquele órgão é possivelmente, não posso afirmar com certeza, porque a resposta seria dada hoje ou amanhã, dia 18 estará, em Curitiba, o Ministro Jarbas Passarinho e o Ministro Corssetti, para comemorar este primeiro aniversário.

Mas já temos a presença confirmada do Professor Wilson Amado que estará conosco em Curitiba, no primeiro aniversário da TV Educativa.

Este trabalho, para o qual foi chamada todas as classes empresariais e classistas de trabalhadores de nosso Estado. Vai funcionar de uma maneira diferente de todos os Estados do Brasil: pois as próprias entidades representativas dos órgãos nacionais deverão instalar na própria empresa para funcionar às 18 horas, os tele-postos de TV, sistema educativo. Desta maneira, apesar do horário ser quase que impróprio, inconveniente para TV Educativa, o trabalhador que se interessa em fazer o Curso de Madureza não teria necessidade de abandonar o próprio local do emprego, pois quando parte das empresas irão instalar nos seus refeitórios ou salas o tele-posto para que o trabalhador permaneça essa meia hora e faça seu curso. O SESCO e SENAC, colaborarão e no Interior do Paraná serão instalados os tele-postos, para que possamos ter alguns ensinamentos para o nosso trabalhador.

O Sr. Nicolão Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sem dúvida, a idéia é louável, do Ilustre Deputado. Entretanto, segundo informações que nós obtivemos a TV Educativa em funcionamento no Estado de São Paulo, depois de um ano de trabalho de existência, fez-se uma pesquisa para obter-se, avaliar-se com propriedade os resultados neste mesmo horário que V. Exa. diz que foi obtido para o Paraná. E V. Exa. sabe qual foi o resultado. Um por cento, segundo informações de fontes reveladas. Um por cento, apenas, o aproveitamento. Veio V. Exa. quanto custa isso: quanto custará isso? Quanto material humano mobilizado quanto recurso mobilizado: quanto tempo num horário totalmente impróprio. O trabalhador às 6 horas da tarde, aquela que realmente trabalha às 6 horas da tarde está extenuado, está cansado, precisa voltar ao seu lar assoberbado de problemas. Por essa razão, parece-me que este assunto não terá o efeito, esta medida não terá o efeito que se espera e que será um grande esforço desperdiçado. Quer me parecer que se desse uma outra formação quanto ao horário seria muito mais próprio: eis que a TV Educativa pode desempenhar um grande papel, porém num horário adequado quando o onerário já tenha se refeito. O onerário que trabalhou o dia inteiro, que já lidou com pás, instrumentos pesados até às 6 horas da tarde e tenha saído do seu serviço cansado não pode, não tem condições e ninguém tem condições de acompanhar a Televisão. Isto é bom na teoria, isto é poesia de homens de gabinete. Eu descrevo-me considerando todos eles, mas não são homens enquadados na realidade na nossa realidade.

Concordo-me com V. Exa. V. Exa. é um Deputado dedicado, esforçado, está na função de V. Exa. e fazendo disso uma preocupação como disse V. Exa. no início de seu pronunciamento.

O SR. LAZARO DUMONT — Agradeço o aparte de V. Exa. e de certa maneira fico admirado porque a Bancada que V. Exa. lidera, isso eu já ouvi por várias vezes pregar o pessimismo entre os homens do Governo.

O Sr. Nicolão Krüger — Como é nobre Deputado?

O SR. LAZARO DUMONT — Que vive pregando pessimismo no Paraná! Nós estamos o mais otimista possível, e vou explicar porque: o que aconteceu

no Paraná, ainda não aconteceu em nenhum outro Estado, primeiramente porque recursos não teriam, pois a TV Educativa é dispendiosa. V. Exa. sabe o preço de um minuto na televisão, principalmente no horário nobre?

As pessoas, os trabalhadores a que o nobre Deputado se refere, às vezes, após o dia de trabalho, do cansaço, vão estudar; estou cansado de ver médicos, advogados e engenheiros dizerem que trabalhavam durante o dia e estudavam à noite, e que suas mães, lavando roupa para fora, ajudavam a manter seus estudos.

O Sr. Nivaldo Krüger — Detenho-me quanto à oportunidade do horário. Entendo que assim o aproveitamento seria mínimo. Sou favorável quanto à TV Educativa, acho que ela dá bons resultados; entendo, entretanto, que a impropriedade do horário vai excluir uma grande parte desses operários, de participarem dessa nobre campanha, por que todos nós sabemos que a maioria dos empresários só libera os seus funcionários, após as 6 horas.

O SR. LAZARO DUMONT — Porisso que pedimos a colaboração por parte dos empresários. Conforme já afirmei V. Exa. sabe quanto custa um horário na televisão, principalmente um horário nobre? É muito dispendioso. Então nós queremos um horário adequado ao trabalhador, àquele que trabalha o dia todo. Então poderia vir alguém e dizer o seguinte: — mas e aqueles que trabalham das 6 da tarde às 6 da manhã? Então nós observamos o seguinte, de que aqui no Paraná o Projeto Minerva, que é feito pelo rádio, num horário muito mais impróprio...

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não participei da reunião e gostaria que me esclarecesse. O horário não há possibilidade de ser alterado?

O SR. LAZARO DUMONT — Dificilmente. A não ser que aparecesse alguém que comprasse o horário.

O Sr. Nivaldo Krüger — Acho que o Governo não pode ficar ausente a um problema desta ordem. O Governo está ausente ou não?

O SR. LAZARO DUMONT — É o principal presente.

O Sr. Nivaldo Krüger — Perguntaria, para me situar bem, porque não participei da reunião, e estou procurando me informar de V. Exa., porque estou interessado no assunto de educação, que é dos mais importantes. Perguntaria a V. Exa. qual a participação do Governo do Estado neste esquema.

O SR. LAZARO DUMONT — O Governo do Estado tem toda a cooperação através da Secretaria de Educação.

O Sr. Nivaldo Krüger — E participação financeira. Não há?

O SR. LAZARO DUMONT — Não há porque o próprio esquema da TV Educacional até agora não exigia participação financeira. O Paraná foi o primeiro Estado em que surgiu isto, porque o que mais gastaríamos seriam aparelhos de TV. Isto sim é que precisávamos, para colocar um para 34 ou 40 alunos e cada um custa mil cruzeiros.

O Sr. Nivaldo Krüger — Quero informar, levantando a tese inicial, que o horário impróprio — ponto de vista meu — é que a TV por ser gratuita não pode mudar de horário. Mas creio que o assunto é tão importante que não poderia ser ignorado pelo Estado, mormente quando o Estado dota o Orçamento, na parte de divulgação, com 9 bilhões antigos, quando no Orçamento do ano passado tínhamos três bilhões apenas. Este ano o atual Governo fez uma elevação multiplicada em três vezes. Daí sugiro à V. Exa., que tem mais acesso ao Governo, obter uma participação desta verba em favor do trabalhador que seria o mais beneficiado. Talvez uma pequena parcela dos 9 bilhões de divulgação fosse canalizado para este setor e o aproveitamento para o povo seria altamente produtivo.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, pedimos que nos comunique quando faltarem três minutos para concluir.

Nobre Deputado, queremos dizer que em tudo que se faz ou se tenta fazer, dá-se com o velho ditado: "Se fica o bicho come, se corre o bicho pega".

Se todas as classes do Paraná, inclusive o próprio Governo...

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Faltam dois minutos, mas logo concederemos o aparte a V. Exa.. Concluiremos nosso raciocínio e concederemos o aparte primeiro ao Deputado Alvaro Dias, que está na frente.

Se as classes de trabalhadores, se todas as classes ficassem silenciosas neste assunto, se não desse oportunidade aos trabalhadores para que estudassem, então seríamos tachados de omissos. Mas as classes lutam e é um primeiro passo. Nunca, no Brasil, se teve educação pela TV. Nunca, no Brasil se teve o MOBIL para acabar com o analfabetismo. Os Governos passados não tiveram isto e eram Governos que o povo dizia serem salvadores da Pátria e do povo.

Disse, no início do pronunciamento, que às 18 horas não seria um horário ideal para os trabalhadores.

O Sr. Nivaldo Krüger — Concordo com V. Exa.

O SR. LÁZARO DUMONT — Mas, nobre Deputado deve convir que é melhor do que às 16 horas da tarde.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado entendemos seja válida toda a tentativa de se transmitir instrução e de se alfabetizar. Mas gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que o Governo que está tão interessado nesta possibilidade de alfabetização da classe adulta, através do MOBIL obra de grande importância, mas está esquecendo de destinar recursos maiores para a alfabetização de crianças. Assim é que, neste País se gastam somas extraordinárias para alfabetização de adultos enquanto temos crianças sem escolas.

Seria interessante que o Governo estadual e da União, que destina recursos volumosos para alfabetização de adultos através do MOBIL, também destinasse na mesma proporção, recursos para construção de escolas em todas as áreas do País.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. LÁZARO DUMONT — Apenas dizemos isto: se todo o Governo que nasceu pelo Brasil tivesse a coragem de ser honesto como este que aí está, o atual Governo não teria que pagar todos os pecados dos governos anteriores.

O Sr. Alvaro Dias — É preciso que fiquemos voltados para o futuro.

O SR. LÁZARO DUMONT — Quem está se referindo ao passado é V. Exa..

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Lázaro Dumont, conheço bem V. Exa. através de sua atuação na liderança sindical do Paraná.

Mas nobre Deputado, estamos vendo, com tristeza, uma notícia no jornal e nem acreditamos como possa ela estar aqui. Trata-se dos devedores em atraso no sistema financeiro de habitação e que serão citados a pagar ou depositar o dinheiro em Juízo, no prazo de 24 horas, sob pena de serem seus imóveis hipotecados, ou penhorados.

Tenho certeza, nobre Deputado, que o trabalhador não terá condições de pagar nesse prazo, poderá perder sua modesta casa popular, porque vinte e quatro horas é um prazo muito exíguo. Mas V. Exa. como líder autêntico dos trabalhadores e que fez sempre uma defesa magnífica dos trabalhadores, concorda com essa medida?

O SR. LÁZARO DUMONT — Não vamos entrar neste assunto. Só podemos informar o seguinte: a Federação dos Trabalhadores do Estado do Paraná tem uma reunião marcada para, exatamente, discutir o assunto daqueles

que adquiriram, a casa própria. Mas, devem dizer a V. Exa. o seguinte: quem mais está se prejudicando com essa medida é aquele que fez emprestimo vultoso e não os trabalhadores que adquiriram suas casas populares.

Agradecemos ao Presidente por nos ter permitido alongar um pouco mais e queremos dizer que as classes trabalhadores do Paraná estão, todas, satisfeitas com a TV Educativa, e aplaudem as medidas adotadas pelo Ministério de Educação e Cultura.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constantes do Expediente. Necessitam de apoioamento. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 37-71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100.00 (cem cruzeiros), à Palmiro Ferreira. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado, pelo substitutivo.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 269-70, oriundo de Mensagem Governamental n. 34-70, que autoriza o Poder Executivo a permutar parte do lote de terreno n. 125, pelo lote n. 8, de propriedade do Senhor Armando José Prado de Paiva, na forma e como especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado artigo por artigo.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 16-71, de autoria do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo transferir para a responsabilidade do D.E.R., a conservação das estradas astorga-Jaguariatã, passando pelos Distritos que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado artigo por artigo.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 77-71, de autora do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder aos serviços de ampliação do Prédio do Grupo Escolar "Prieto Martínez", com sede nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado artigo por artigo.**

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 440-68, de autoria do Dep. Amadeu Punni, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 30.00 (trinta cruzeiros novos), à Etelvina da Cruz Marcondes, viúva de ex-funcionário do Departamento de Obras e Habitação. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 440-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão

mensal de NCr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos), à Etelvina da Cruz Marcondes, viúva de Eurico Marcondes, ex-funcionário do Departamento de Obras e Viação.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de Dezembro de 1.968.

a) Dep. Amadeu Puppi.

A N E X O :

1.º — Declaração firmada por 2 funcionários Públicos.

2.º — Certidão do Dep. do Arquivo Público.

3.º — Certidão de Casamento.

4.º — Certidão de Nascimento de Luiz Carlos Marcondes.

5.º — Certidão de Nascimento de Paulo Gilmar Marcondes.

6.º — Certidão de Nascimento de Maria de Lurdes Marcondes.

7.º — Atestado de Óbito de Eurico Marcondes.

Documentos retirados pela favorecida conf. solicitação — (prot. n. 5956-71) — em 17.08-71.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 440-68

Autor: Deputado Amadeu Puppi

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de NCr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos), à Etelvina da Cruz Marcondes, viúva de Eurico Marcondes ex-funcionário do Departamento de Obras e Viação.

P A R E C E R

Em que pese a justificação apresentada pelo ilustre autor, entendemos que o projeto contraria frontalmente a Constituição Federal que, no Art. 67 dispõe:

“Art. 67 — É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.”

Por essa razão, opinamos contrariamente ao projeto.

Sala das Comissões, em 23 de Abril de 1.969.

aa) Presidente

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARER AO PROJETO DE LEI N.º 440-68

1 — O presente Projeto, de autoria do nobre Deputado Amadeu Puppi, visa autorizar o Poder Executivo a conceder pensão mensal, no valor de NCr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos), à Etelvina da Cruz Marcondes, viúva de ex-funcionário do Departamento de Obras e Viação.

2 — Nada a objetar, quanto ao aspecto legal, uma vez que se trata de mera autorização.

Apenas em atenção à técnica legislativa apresentamos o incluso substitutivo geral.

3 — Pela aprovação, nos termos do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1.971.

aa) Wilson Brandão - Presidente. — Arthur de Souza - Relator. — Igo

Losso. — Cândido Martins de Oliveira. — Muggiati Filho. — Sebastião R. Júnior.

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão mensal no valor de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), à Etelvina da Cruz Marcondes, viúva de Eurico Marcondes, ex-funcionário do Departamento de Obras e Viação.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta da dotação própria, do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em ... de Junho de 1.971.

aa) Presidente —

Relator — Arthur de Souza.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 440-68

Tratando-se de Projeto de Lei meramente autorizativo não estabelece aumento de despesa, motivo pelo qual opinamos pela aprovação do mesmo, de acordo com o substitutivo da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em ... de agosto de 1.971.

aa) Leopoldo Jacomet - Presidente. — Santos Lima - Relator. — Ovidio Franzoni. — Fred Naeli.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autora do Sr. Deputado Antônio F. Costa, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Stegmann. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Genaro Regis Pereira da Costa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Frust, constante do Expediente de sessão anterior com a sua discussão adiada, solicitando o envio de telex ao Conselho Monetário Nacional. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior, já com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de ser regulamentado o pagamento das zeladoras dos estabelecimentos de ensino da Guarapuava e Nova Aurora. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente de sessão anterior, já com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Governador do Estado, em prol do funcionalismo. — **Aprovado.**

— Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 182-69, 231-69, 208-70, 22-71, 60-71.

Levanta-se a sessão.

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 187.ª Sessão Ordinária
Realizada em 15 de outubro de 1971 — (Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basilio Zanusso Borsari Neto Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nach, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Wilson Brandão (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Marciano Baraniuk, Nivaldo Krüger, Paulo Camargo e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S A O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE :

REQUERIMENTOS :

— De autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, solicitando REGIME DE URGENCIA para os Projetos de Leis nrs. 174-71 e 194-71.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente :

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviada sugestão ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Ewaldo Vita, no sentido de que aquele estabelecimento estude uma fórmula para instalação de uma agência neste Poder Legislativo.

Ao que nos parece, Senhor Presidente, a medida, se concretizada, seria das mais uteis, pois, além de beneficiar os Senhores Deputados e Funcionários desta Casa, que, pelos seus afazeres se encontram impossibilitados de se deslocarem para o centro da cidade, também seria útil para os diretores e funcionários do Palácio do Governo e da Prefeitura, pela distância pequena que nos separa daquelas Casas executivas.

No momento em que a Comissão Executiva, volta a trabalhar com o Banestado, maior é a validade deste Requerimento, pois, com uma agência deste estabelecimento, evitar-se-ia os transtornos de deslocamento ao centro, procura de estacionamento e longas esperas à frente dos guichês, motivo pelo qual, acreditamos na aprovação do plano em tela, pelos nossos Pares.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1971.

(a) Antônio Belinati.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Considerando:

1. A campanha educativa de publicidade, que está sendo promovida pela Secretaria da Fazenda, visando o combate à sonegação de impostos;

2. O desvirtuamento, em algumas peças de publicidade, onde se generaliza o comerciante como sonegador;

3. O recente pronunciamento do Presidente da Associação Comercial do Paraná, citando o referido no item 1, e pedindo reformulação, porque é de se discordar inteiramente de certos aspectos da mencionada campanha, aqueles relacionados com a forma de divulgação, nos casos em que a figura do comerciante é apresentada como símbolo de sonegador e cuja imagem infeliz vem criando um clima de constrangimento entre a classe empresarial, pois, como todo conjunto, ela é composta de elementos íntegros e honestos e daqueles cujo nível de conscientização cívica é elevado, requeiro regimentalmente à Mesa, oficie-se ao Exmo. Sr. Secretário da Fazenda, dando-lhe inteiro teor deste e sugerindo que S.Exa. se digne determinar as medidas necessárias para a necessária correção das distorções referidas.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1971

(a) Maurício Fruet.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 240-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Metodista de Assistência Social de Londrina — AMAS.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1971.

(a) Antônio Belinati.

OBS. — Anexo fotocópia do estatuto da entidade em questão.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. Deputado Maurício Fruet, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao início das nossas atividades nesta Assembléia Legislativa, enviamos requerimento, em forma de sugestão a S.Exa. o Secretário da Fazenda, dando-lhe a idéia para que realizasse campanha em todo o Estado paranaense,

a exemplo do que foi feito em São Paulo no ano de 70, a fim de que o serviço fiscal fôsse executado em perfeita consonância com os interesses do Estado, com os interesses do contribuinte e para que houvesse harmonia, clima de paz e tranquilidade entre os comerciantes e o setor tributário do Estado do Paraná.

Agora S.Exa. inicia "uma campanha, a qual, infelizmente, está sendo desvirtuada e está trazendo uma imagem totalmente distorcida perante a opinião pública, do comerciante que, em muitas peças publicitárias da referida campanha, é apontado como sonegador. A campanha está generalizando como sonegador todo o contribuinte paranaense, todo o comerciante, todo o industrial.

Por este motivo, e tendo em vista pronunciamento do Presidente da Associação Comercial do Paraná, onde aponta este fato infeliz, é que vimos à Tribuna e ao mesmo tempo enviamos requerimento ao Sr. Secretário da Fazenda no sentido de que urgentemente S.Exa. reformule estas peças de publicidade, a fim de que haja perfeita harmonia entre o contribuinte paranaense e o setor tributário do Estado.

Vamos ler alguns trechos da carta oficial enviada ao Sr. Secretário da Fazenda pelo Presidente da Associação Comercial do Paraná:

Ele ressalta, inicialmente, a oportunidade desta campanha, porém (lendo) "discorda inteiramente de certos aspectos da mencionada campanha, aqueles relacionados com a forma de divulgação, nos casos em que a figura do comerciante é apresentada como símbolo de sonegador. Essa imagem publicitária infeliz vem, criando um clima de constrangimento entre a classe empresarial pois, como todo conjunto, ela é composta de elementos íntegros e honestos e daqueles cujo nível de conscientização cívica deixa muito a desejar.

E o efeito de uma atitude oficial nessa direção não está se fazendo tardar, predispondo os fiscais a considerarem todo o contribuinte como se fôra um virtual sonegador.

Estranha-se também que a aludida publicidade dê ênfase justamente ao setor onde é menor o crédito tributário; como bem sabe V.Exa. em termos do IMC, este atinge maior intensidade nos polos iniciais do processo econômico, mormente na área agrícola e industrial. Outrora, no tempo do IVC, justificava-se uma concentração no comércio varejista. Agora, em função do valor agregado, isto é bastante duvidoso.

Todavia esses argumentos devem ser recebidos a título de colaboração, visto como, a orientação e o chamamento fiscal têm validade generalizada. Sob outro ângulo, há de se levar em conta que a Revolução optou pelo regime da livre iniciativa como meio para o desenvolvimento econômico, aliando-se aos empresários na luta pelo alcance desse desiderato. Dentro dessa filosofia, a Fazenda Nacional vem desenvolvendo uma política adequada de integração entre fisco e contribuinte, em que estes são colocados na posição que realmente merecem se situar, como agentes do desenvolvimento e colaboradores do erário público. Vai longe a fase de encarar o comerciante como o responsável por todos os males da Nação, evocativo, inclusive, da presença da fraude fiscal, ilícita ligada a todas as espécies de atividades, sem se constituir em privilégio de alguma".

Portanto, corretíssima a observação do Presidente da Associação e não faz mais do que a obrigação o Secretário da Fazenda, reformulando, urgentemente, essa fórmula infeliz de campanha publicitária, que coloca o contribuinte, de modo geral, como sonegador.

Seria realmente uma medida lamentável, se não fosse corrigida essa distorção infeliz, porque na verdade o contribuinte recolhe seu imposto à Fazenda, e é com o dinheiro desse imposto, uma parte desse dinheiro, é claro, que está sendo realizada uma campanha publicitária que o coloca como sonegador. Portanto, aguardamos um pronunciamento, uma medida urgente do Secretário da Fazenda, para que esse mal possa ser corrigido definitivamente.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V.Exa. permite um aparte? (Assen-

timento). Gostaria, nobre Deputado, de, inicialmente, solidarizar-me com o seu pronunciamento, e deixar também nos Anais da Assembléia o meu apoio-mento à pretensão da Associação Comercial do Paraná, quando envia esse expediente dirigido ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que haja uma reformulação na sistemática da campanha que objetiva a conscientização do povo, e especialmente do comerciante, na importância da contribuição tributária. A par dessa observação feita pela Associação Comercial do Paraná, e por V.Exa., na Tribuna, gostaria de acrescentar mais um tópico, nobre Deputado. Entendo que, sobretudo a propaganda que está sendo feita na televisão, está mal posta, mal orientada, há um erro do Poder Público no Paraná quando, através de giria e através da apresentação de figura de jovem moderno, pretende atingir a grande massa que entende ser a juventude "pra frente" e coloca na televisão, à frente dos nossos filhos, um retrato da juventude que não corresponde à realidade. Essa juventude vestida daquela maneira e falando daquela maneira, não é a da maioria neste País. Talvez seja uma minoria atuante, um minori que aparece, mas a grande maioria da juventude paranaense e brasileira, é uma juventude consciente do seu papel, que frequenta a escola, os bancos acadêmicos, e não tem tendência "hyppies" conforme o anúncio do Governo do Estado pretende colocar como imagem diante do Paraná.

Entendo profundamente defeituosa, profundamente prejudicial à educação esse anúncio na televisão, que está sendo feito em benefício do recolhimento aos cofres públicos de imposto e de tributos, colocando giria na boca do jovem, ensinando a distorcer a própria língua portuguesa. Por coincidência, hoje li uma entrevista do professor Mansur Guérios, homem dos mais respeitados, ilustre filólogo do Paraná, catedrático de Português da nossa Universidade, que exatamente combatia esse aspecto do ensino, inclusive da giria, a não ser reminiscências em termos históricos e de profundidade no estudo da língua, mas que é extremamente prejudicial à educação, ao próprio sistema de expressão a troca de idéias, o emprêgo de giria. Acho prejudicial que o Governo do Estado, ao lançar uma campanha, coloque nas bocas dos personagens, que fazem papéis nessa campanha, gírias novas para substituir as palavras. E a língua portuguesa é tão farta de palavras que explicam o pensamento os mais profundos que eles sejam. Colocar giria rasteira, giria que nada constrói é ensinar a nossa juventude falar outra linguagem que não é a nossa, que não está escrita nos livros e que não é ensinada nas escolas.

Acho que o seu pronunciamento está sendo felicíssimo e seria interessante que se solicitasse ao Secretário da Fazenda, ao Governador do Estado e mesmo ao Secretário de Educação, que tomassem mais cuidado quando fôssem lançadas campanhas desta natureza através da televisão e dos jornais.

O Deputado Lázaro Dumont fez pronunciamento neste sentido que o Governo Federal se esforça em trazer educação por intermédio da televisão, como no caso do Curso de Madureza, e o Governo do Estado ensina giria aos nossos filhos e à infância.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradecemos a sua solidariedade. Não se pode conceber que numa campanha realizada, em termos excepcionais, pela Secretaria da Fazenda, justamente o órgão principal do Estado, o pulmão do Estado, aquele que fornece recursos, venha-se a utilizar de termos de giria em uma campanha pública, termos que são condenáveis e que até foram objeto de uma entrevista à imprensa pelo grande professor Mansur Guérios, indiscutivelmente, um dos homens mais indicados para tratar do problema.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Deputado Mauricio Fruet, pelo que estamos entendendo de sua brilhante oração, V.Exa., segundo nos parece, é contra a campanha.

Certamente, o nobre Deputado, não desconhece que no Paraná cerca de 70% sonégam impostos. A Campanha não está sendo feita contra aqueles que, realmente, cumprem seus deveres perante a Fazenda. Aquêles que pagam o ICM, indústria e comércio, não estão fazendo favor algum ao Estado, que é

um mero recebedor, porque quem está na verdade pagando é o povo do Paraná.

Estranho que V.Exa. se insurja contra essa Campanha. Quer parecer-nos que V.Exa. quer proteger aqueles que vêm, em última análise, prejudicando o desenvolvimento do Estado, prejudicando aqueles que lutam, trabalham e cumprem, pagando, aos cofres estaduais, aquilo que é de sua obrigação a fim de que o Governo do Estado possa continuar com sua obra administrativa para que o Estado do Paraná possa, realmente, ocupar aquele lugar que todos desejamos através do processo extraordinário de desenvolvimento que o Paraná vem tendo.

Deputado Mauricio Fruet, a campanha não é contra os comerciantes, não é contra aqueles que vêm cumprindo sua obrigação, é contra aqueles que, através dos tempos e de muitas formas, têm sonegado prejudicando não só ao próprio Estado, mas ao povo paranaense.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradecemos o aparte honroso de V.Exa., porém V.Exa. talvez não tenha ouvido o início do nosso pronunciamento, quando dizíamos que logo ao início dos trabalhos legislativos, logo após tomarmos posse nesta Casa Legislativa, enviamos, em forma de requerimento, sugestão ao Sr. Secretário da Fazenda, pedindo a Sua Excelência que iniciasse uma campanha publicitária junto à opinião pública, junto ao povo em geral, no sentido de que não houvesse mais sonegação de impostos.

Naquela mesma oportunidade, lembramos que esta campanha deveria ser orientada, ou dirigida, da mesma forma como foi feita em São Paulo no ano anterior, pelo então Governador Abreu Sodré, levando ao comerciante, ao contribuinte, uma imagem positiva, uma imagem bonita do fiscal, provando que o fiscal não tem apenas a missão de simplesmente verificar ostensivamente os livros dos comerciantes, dos industriais, adotando, enfim, a mesma política tão bem orientada pelo Ministro da Fazenda, através do Departamento de Rendas Internas. Mas, eminente Sr. Deputado, o Sr. Secretário respondeu-nos a esse requerimento — aqui um breve parêntesis — dizendo que a campanha seria realizada. A idéia foi nossa. Vê V.Exa. que não somos contra, pelo contrário, sugerimos a organização dessa campanha! Somos contra, à forma infeliz como alguns dirigentes da referida campanha colocam o contribuinte, de maneira geral o comerciante principalmente, como sonegador genericamente, generalizando o problema; por esta razão sou contra, da mesma forma como o é a Associação Comercial do Paraná, e aqui estamos defendendo o povo paranaense.

Estamos enviando um outro requerimento ao Sr. Secretário da Fazenda, porque afinal de contas tivemos a idéia de que ele realizasse a campanha, então estamos sugerindo que Sua Excelência modifique essa visão apressada de que o comerciante é sonegador. Apenas isto é que estamos pedindo.

O Sr. Muggiati Filho — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, estou acompanhando com atenção o pronunciamento que V.Exa. faz desta Tribuna sobre esta matéria, sobre a campanha denominada Operação Alavanca, pelo ICM, feita pelo ilustre Deputado Ivo Tomazoni, cuja campanha, estou vendo no verso do jornal, na outra folha lida por V.Exa., há uma manchete, dizendo que ela irá a todas as escolas.

Quero dizer o seguinte: — externar o meu ponto de vista sobre esta matéria, aduzindo mais alguma coisa sobre o que já foi dito, dessa Tribuna.

Acho que V.Exa. está com toda a razão. Quem não tem razão nenhuma é o Estado, que isto significa a confissão da ineptia administrativa. Se existem leis rigorosas, aqueles que sonegam impostos, se existem legislações abundantes sobre a matéria, de que vale esta campanha que o Estado está fazendo, no sentido de promover-se num assunto que realmente chama a atenção, de uma maneira inusitada e sob determinados aspectos educacionais até condenável, sem objetivo prático nenhum? O Estado está jogando dinheiro pela janela, nessa campanha. Se o contribuinte não respeita Leis fis-

cais que lhe dão muitas pesadíssimas, irá atrás de uma campanha dessas que diz: — "Ei, bicho, pague o seu imposto!"

Este é um ponto que queremos acrescentar dentro do pronunciamento de V.Exa., porque é num sentido estritamente extrovertido da administração pública.

Outra coisa: de que quando o MDB se pronuncia nesta Casa, geralmente o que se ouve como alegação, o que se alega em nome do MDB e em nome do povo que o MDB representa, são assertivas de que o MDB é do contra, de que está com vistas para o passado, como se nos, mais do que nunca não estivéssemos com as vistas para o presente e olhando para o futuro da Pátria, o que é tenebroso, ante lances da administração pública de confissão da inépcia administrativa, como esta propaganda que aí se encontra.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradecemos o aparte de V.Exa. e gostaríamos de aduzir ainda, com relação à mesma sugestão já referida, apresentada ao início dos nossos trabalhos legislativos, no sentido de que o Estado realizasse uma campanha promocional, visando trazer à opinião pública, uma imagem positiva, uma imagem do fiscal, no sentido de que ele não está ali apenas para agredir ao comerciante em termos de impostos, em termos de multa, mas sim, ele está ali, numa missão de orientação, numa missão fiscalizadora é claro, mas acima de tudo, de orientação, nos mesmos moldes que vem sendo adotado com grande sucesso e com quase que o dobro de arrecadação, por parte dos órgãos arrecadadores federais.

Era esta a observação, agradecendo o seu aparte.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Maurício Fruet, quanto a este problema de tributação ou fiscalização, é um aspecto muito delicado por sinal, como também deve ser caracterizado. Lamentavelmente, os próprios governos têm se descaracterizado, o que se poderia chamar de sistema fiscal através da política, da pequena política, da política mesquinha, sobretudo quem vive no Interior sabe disso, e é fato corriqueiro. O serviço de fiscalização tem sido usado quase sempre, com um sentido estritamente político, com o objetivo de perseguir adversários do Governo, terminando assim aquilo a que hoje o Estado pretende atribuir uma importância mais elevada, significando mera matéria eleitoral.

Vejamos V.Exa., que já até no interior, se vai firmando o conceito que não se pode ser contra um Deputado do Governo porque o Deputado do Governo é aquele homem que retira a fiscalização na hora em que ela investe sobre aqueles que a sonham, ou no sentido simplesmente de fiscalizar para verificar se alguém está sonhando. Vai se firmando este conceito no interior, e é muito comum às vésperas das eleições quando a situação periclita para os candidatos do Governo, em determinados Municípios, que lá se baixa uma volante da Secretaria da Fazenda para que, após uma semana, o candidato do Governo promova o recolhimento desta volante e se credencie, assim, a obter um maior número de votos no Município em que a sua situação não era das melhores. Lamentavelmente, é um fato delicado que não pode ser ignorado, quando V.Exa. considera esta matéria desta campanha que o Estado fará, no sentido de melhorar a sua arrecadação.

Também é necessário, pois, que o Governo se eduque, se auto eduque sob um sentido dos recolhimentos, sob um sentido da tributação, para não dar a esta atividade do Estado um sentido estritamente político eleitoral. É preciso que ele eduque também a fiscalização, porque nós, que estivemos no interior, observamos quase sempre no que resultam estas campanhas, quase sempre, e infelizmente eu os reconheço, isto quase sempre é de muito pouco proveito para o Governo e muito proveitoso para outras pessoas. Este aspecto, é um aspecto delicado, merece ser aprofundado o seu estudo, e o Governo tem que melhorar o seu serviço de fiscalização e também impregnar-se dessa filosofia que ele proclama, não sei se com um sentido de melhorar a arrecadação ou com objetivo de se promover, mas ele tem que se impregnar

desta filosofia, para não fazer da fiscalização, para não fazer da arrecadação do Estado matéria simplesmente político-eleitoreira. Muito obrigado.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradecemos o aparte. Realmente, esta distorção merece ser devidamente analisada, e por certo, a denúncia que V.Exa. faz a esta Casa neste momento, terá o acatamento devido pela responsabilidade com que sempre V.Exa. se houve em sua conduta como Parlamentar e como homem público e os homens do Governo, representados aqui pela sua liderança por certo não de adotar medidas necessárias para a solução deste problema que nos parece muito sério e muito grave.

O Sr. Antônio Belinati — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado Mauricio Fruet. Discordando um pouco do ilustre e brilhante companheiro Sebastião Rodrigues com respeito à fiscalização. Gostaríamos de dizer que entre os homens que compõem a fiscalização do Estado, estão elementos sofridos, elementos que vivem dias amargurados, porquanto seus pagamentos vêm sendo feitos com relativo atraso. O Posto de Fiscalização Melo Peixoto, por exemplo, está com um problema dos mais sérios, em virtude dos fiscais contratados que ali prestam serviços não receberem em dia seus pagamentos. Ora, o fiscal mesmo sendo contratado, já não contando com os benefícios do fiscal nomeado, ali fica à mercê de um problema social dos mais graves, porque está recebendo seus pagamentos com três, quatro meses de atraso e aproveitaríamos transmitir ao Líder do Governo, Deputado João Mansur, homem que tem recebido com ponderação extraordinária os apelos do MDB, pois são críticas construtivas, apeláramos ao Sr. Líder do Governo, deputado João Mansur, para que intercedesse junto ao Governo do Estado, junto ao Sr. Haroldo Leon Peres, para que regularizasse o pagamento dos fiscais contratados da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, porque em sua consciência, é difícil para o homem que está com contas para pagar, que esta com problemas dentro de sua própria casa, porque não recebe o pagamento, é difícil a este homem desempenhar bem a missão importante que lhe foi confiada. Visamos, o bem estar dos familiares, quem sabe, de centenas de fiscais contratados. Levamos nosso apelo e tenho certeza que ele haverá de ser ouvido, não ficará apenas nos Anais da Assembléia Legislativa, mas o importante deste apelo, temos certeza, haverá de ser efetivo, que é a normalidade dos pagamentos dos fiscais contratados para que possam desempenhar a todo o vapor a fiscalização apregoada pelo Governo do Estado do Paraná.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradecemos o aparte de V.Exa. e encerrado, gostaríamos de resumir este nosso pedido, que será objeto de votação dentro de alguns instantes, o pedido em forma de sugestão, que solicita ao Sr. Secretário da Fazenda que corrija o desvirtuamento e as distorções verificadas em algumas peças de propaganda no meio da campanha, onde se coloca a figura do comerciante generalizado como sonegador, e aproveito a oportunidade, tendo em vista o apelo tão em boa hora lembrado pelo nobre deputado Cândido Manoel de Oliveira, no sentido de que se acrescesse, que se evitasse na publicidade o uso em termos de gíria e sim uma gramática perfeita, que condiz com o designio do programa e desenvolvimento que como V.Exa. tem tantas vezes afirmado nesta Casa, está empenhado o Governo do Paraná.

O Sr. João Mansur — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado Mauricio Fruet, a ponderação feita pelo Sr. Deputado Antônio Belinati nós a levaremos a S.Exa. o Sr. Governador para verificar de sua procedência e se realmente estes funcionários estão em atraso, fazer com que a Secretaria da Fazenda procure colocá-los em dia, porque nós também não poderemos, de maneira alguma, sacrificar este homem que já vive com seus mínguados vencimentos, ainda não os recebe, porque todos têm compromissos de ordem familiar e só assim poderemos exigir destes funcionários uma boa prestação de serviço.

Com relação ao aparte do nobre Deputado Sebastião Rodrigues, meu prezado amigo, queremos discordar, porque veja nobre Deputado Mauricio Fruet,

se o Governo do Estado estivesse cobrando impostos só dos comerciantes da Oposição, que seria dêsse Paraná? Mas vamos levar esta sugestão ao Governo do Estado no sentido de que a fiscalização também cobre impostos dos homens da Arena; pelo que nós deduzimos do aparte brilhante do nobre Deputado Sebastião Rodrigues, a fiscalização está cobrando impostos só da Oposição; e a Oposição é uma minoria extraordinária no Paraná.

De modo que o Paraná não teria condições nenhuma de realizar obras, se estivesse procedendo desta forma. De modo que nós queremos nos congratular com V.Exa. e temos certeza que nesta hora o Secretário da Fazenda já tomou todas as providências no sentido de alterar parte, porque esta campanha é uma campanha de longo alcance e realmente ela poderá apresentar certos defeitos que estão sendo corrigidos e serão corrigidos.

Discordamos de V.Exa. numa parte, porque temos assistido, através da Imprensa e mesmo da Televisão, temos assistido e notado, o que estão pedindo é a colaboração do povo no sentido de exigir do comerciante a Nota Fiscal; mas do comerciante que tira Nota Fiscal, não há o que exigir. A campanha é contra aqueles que realmente não pagam; não é contra o homem, que cumpre com suas obrigações. Achamos que a campanha deva prosseguir com mais intensidade ainda.

O nobre Deputado Maggiati Filho, disse que o Governo tem ao seu alcance os meios necessários, mas é evidente que quando é comprovada esta sonegação; quando o comerciante não expede a Nota Fiscal, o Governo e a fiscalização tem esses meios para poder agir e punir este comerciante. A campanha é pedindo o apoio do povo, porque é em última análise quem paga realmente estes impostos. O comerciante é um mero intermediário entre povo e Governo. E mais do que isto, agravado pelo fato de que ele desconta do povo e não recolhe. É uma apropriação indébita. Além de sonegador, é criminoso, o comerciante que comete esta falta.

Temos certeza, veja V.Exa., como V.Exa. está sendo injusto com o Governo do Estado. E V.Exa. diz que, há meses atrás sugeriu ao Secretário da Fazenda que promovesse uma campanha neste sentido. E, hoje, V.Exa. investe contra a campanha.

O nobre Deputado Maggiati Filho diz que é contra a campanha. De modo que, nestas alturas, não valendo mais nada.

O SR. MAURICIO FRUET — V.Exa. não prestou atenção, nobre Líder da ARENA, e voltamos, outra vez, à segunda observação que fizemos a êsse respeito. Somos totalmente favoráveis à campanha. Já nos referimos à idéia e já no terceiro dia de Assembléia Legislativa apresentamos requerimento dando sugestão nesse sentido. Mas, o que não concordamos é a forma pela qual algumas publicidades estão sendo conduzidas e comunicadas ao povo, de um modo geral, generalizando o comerciante como um marginal, como sonegador. Só isso. Porque temos certeza que V.Exa., bem como toda a Casa, não criará objeção alguma contra a aprovação de nosso requerimento, porque ele não apenas pode que se modifique estas peças da campanha que colocam, generalizadamente comerciante e contribuinte como sonegador.

O Sr. João Mansur — V.Exa. poderia dizer quais são as peças que generalizam o comerciante de modo geral. Porque, segundo depreendo do que tenho visto, o Governo pede ao povo que auxilie, exigindo a nota fiscal. É evidente que só se pode exigir notas fiscais daqueles que não as fornecem.

O SR. MAURICIO FRUET — As peças a que V.Exa. alude devem, hoje, estar em mãos do Sr. Secretário da Fazenda, através de memorial enviado pela Associação Comercial do Paraná, a êsse respeito.

O Sr. Sebastião Rodrigues — Apenas para repor as coisas em seus devidos lugares, uma vez que o nobre Deputado João Mansur, com a inteligência que todos reconhecemos em S.Exa., achou que eu estava contra a campanha. Quero dizer ao nobre Deputado que eu, em absoluto, quis dizer que o Governo estava apenas cobrando impostos dos comerciantes da Oposição. Longe de mim. Sei que S.Exa., que é comerciante e industrial, contribui com uma grande parcela da arrecadação dêsse Estado, homem de largas posses que é.

Por outro lado, Deputado João Mansur, de fato, se o Governo pretendesse cobrar impostos apenas dos comerciantes da Oposição, ele estaria muito mal porque o comércio já aprendeu que é sempre bom estar ao lado do Governo, sobretudo no início, embora no final possa discordar. O que eu quis dizer é que o Governo, que quer dar um sentido moral a esta campanha, precisa cuidar para que ele mesmo, com seus atos, não desmereça este sentido que pretende dar V. Exa. sabe muito bem que ao que me referi tem sido usado constantemente no Estado — a fiscalização como meio de coação, de pressão política. Como pretender que a criança entenda o elevado sentido da tributação? Como pretender que o comerciante também assim o entenda quando o próprio Governo, que faz campanha neste sentido, amanhã pretenda usar a fiscalização para coagir, para finalidades eleitorais? O que amanhã irá entender a criança, por exemplo de Pato Branco, onde se faz uma campanha desta natureza? O que irá compreender o comércio de Pato Branco que viveu esta campanha, quando o Paraná se deslocar com uma volante e, sob a pressão de um Deputado ou de outro, esta volante fôr recolhida? Para que a tributação tenha um elevado sentido, para que o Estado assim pretenda fazer crer e efetivamente assim faça que os outros creiam, ele amanhã não poderá atribuir aos órgãos de fiscalização uma função de coagir para melhorar sua situação eleitoral nos Municípios. Este é um fato que todo mundo que faz política no Interior, que os comerciantes, sabem o que seja, porque vem sendo repetido de Governo para Governo no Estado. Dispensa prova, é fato público e notório no Estado e V. Exa. também sabe disto.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradecemos o aparte de esclarecimento de V. Exa. e, na certeza de que este requerimento será aprovado pelo Plenário, concluímos com a manifestação, com o adendo do Deputado Cândido Martins de Oliveira, no sentido de que sejam excluídos das peças publicitárias de modo geral, termos de gíria que não condizem com a educação e a cultura do povo paranaense. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 182-69, autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Itambé, um Estabelecimento de Ensino Técnico Comercial de Grau Médio, para funcionar a partir do próximo ano.
— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 182/69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Itambé, um Estabelecimento de Ensino Técnico Comercial de Grau Médio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1971.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 231-69, autoriza o Poder Executivo a criar, na localidade denominada Monte Real, Município de Sto. An-

tônio da Platina, um Ginásio Estadual, para funcionar no próximo ano letivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 231-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na localidade de nominada Monte Real, Município de Santo Antônio da Platina, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-10-71.

(aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 208-70, declara de Utilidade Pública a Liga de Esportes de Cambé. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 208-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Liga de Esportes de Cambé, com sede na cidade de Cambé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-10-71.

(aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 22-71, autoriza o Poder Executivo construir um Grupo Escolar no bairro de Santa Cândida, Município de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 22-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um Grupo Escolar no Município de Curitiba, bairro de Santa Cândida, e que se situe na confluência da rua Leopoldo Marochi com a estrada que liga a Roça Grande

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-10-71.

(aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 90-71, transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 90-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Passa à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-10-71.

(aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruct.

O SR. PRESIDENTE — A Comissão de Orçamento leva ao conhecimento dos Srs. Deputados que o prazo para apresentação de Emendas ao Orçamento Anual e Plurianual encerrar-se-á, impreterivelmente, dia 20 do corrente.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Fazenda, dando-lhe inteiro conhecimento do teor dêste, sugerindo modificações na Campanha que vem sendo encetada por aquele órgão, de combate à sonegação de impostos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja enviada sugestão ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que aquele estabelecimento estude uma fórmula para a instalação de uma Agência neste Poder Legislativo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielso Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 174-71 e 194-71. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 18, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 269-70, 16-71, 77-71;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 440-68;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei N.ºs 218-70, 308-70, 25-71, 232-71.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS
ATA DA 13.ª REUNIÃO ORDINÁRIA
1.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se na Sala das Comissões, após a Sessão Plenária, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, contando com as presenças dos Senhores Deputados Ovídio Franzoni, Santos Lima, Maurício Fruet, Fuad Nacli, Gabriel Manoel e Paulo Poli. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 167-70 — de autoria do Senhor Deputado Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios que especifica. Relator Senhor Deputado Maurício Fruet, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 170-70 — de autoria do Senhor Deputado Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com as Prefeituras Municipais de Flórida e Atalaia, para a construção de uma ponte, na forma que especifica. Relator Senhor Deputado Ovídio Franzoni, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 9-71: de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagens, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Rolândia a de Astorga, numa extensão de 40 quilômetros. Relator Senhor Deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 80-71 — de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Icaraima, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — apro-

vado. PROJETO DE LEI N. 86-71 — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável. — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 120-71 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo a asfaltar a estrada que liga a sede do Município de Dr. Camargo à Rodovia Maringá-Umuarama, através de convênio a ser firmado entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o Executivo Municipal de Dr. Camargo. Relator Senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 122-71 — de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Colorado, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos Municípios que especifica. Relator Senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N. 136-71 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de São Pedro do Paraná, o Curso de Ensino Normal Colegial, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável. — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 146-71 — de autoria do Senhor Deputado Domício Scaramella, que cria um Ginásio Estadual no bairro de Areia, Município de União da Vitória, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável. — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 158-71 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros), a pensão mensal concedida pela Lei n.º 168-61, de 11 de setembro de 1961, a Rosa Dias Teixeira, filha de ex-Deputado. Relator Senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável. — Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e Aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) LEOPOLDO JACOMEL — Presidente

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 30.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Senhor Deputado Pinto Dias apresentou Redação Final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 195-69 — de autoria do Senhor Deputado Ovidio Franzoni, que cria no Município de Cianorte, um Ginásio Agrícola Estadual, para funcionar a partir de 1970. PROJETO DE LEI N.º 210-70 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a doar à Sociedade Rural de Guarapuava, uma área de terra com 60.000,00 m², na forma que especifica. PROJETO DE LEI N.º 196-70 — de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas, que transfere ao Departamento de Estrada de Rodagem, para fins de conservação a estrada que liga Floresta à Itambé. PROJETO DE LEI N. 102-70 — de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Marechal Cândido Rondon, com jurisdição nos Municípios que especifica. PROJETO DE LEI N.º 50-71 de autoria do Senhor Deputado Rosário Piteli, que declara, de utilidade Pública a Sociedade Beneficente “Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio”. PROJETO DE LEI N.º 42-71 — de

autoria do Senhor Deputado Acyr José, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Maestro Bento Mossurunga, o Instituto de Música da Escola de Belas Artes do Paraná. — Aprovada. — Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Lélio Guimarães Sotomaior — Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 50-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Beneficente Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-10-71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 42-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Maestro Bento Mossurunga", o Instituto de Música da Escola Superior de Belas Artes do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-10-71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 210-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar por doação, à Sociedade Rural de Guarapuava, uma área de terra com 60.000,00 m². (sessenta mil metros quadrados), localizada no Município de Guarapuava, sem benfeitorias, localizada entre o próprio daquele Município, terreno de propriedade do Guarapuava Esporte Clube e Avenida Manoel Ribas, local onde funcionava antigo aeroporto.

Parágrafo único — A área a que se refere este artigo, se destina à construção de um parque destinado à exposição dos produtos agrícolas, agropecuários e seus derivados.

Art. 2.º — As construções e benfeitorias para os fins que se destinam deverão ser erigidas dentro do prazo de 3 (três) anos, a contar da data da publicação desta Lei, sob pena de a área referida no artigo anterior reverter ao patrimônio do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-10-71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 196-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Passa à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem para fins de conservação, a rodovia que liga o Município de Floresta ao de Itambé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Sala das Comissões, em 14-10-71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 192-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito no Município de Marechal Cândido Rondon, com jurisdição além do Município sede, nos de Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-10-71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 195-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Cianorte, um Ginásio Agrícola Estadual, com início de funcionamento previsto para o ano de 1972.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da realização deste estabelecimento correrão à conta de dotação orçamentária a ser prevista para o próximo ano.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-10-71.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet